

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

APOLLO CÉSAR ABDELNUR ALVES

Desafios na interpretação sobre a natureza da Faculdade da Imaginação em Immanuel Kant

Uberlândia
2025

APOLLO CÉSAR ABDELNUR ALVES

Desafios na interpretação sobre a natureza da Faculdade da Imaginação em Immanuel Kant

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título licenciatura e bacharelado em Filosofia.

Área de concentração: Epistemologia

Orientador: Prof. Dr. Olavo Calábria

Uberlândia

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A474
2025 Alves, Apollo César Abdelnur, 2003-
Desafios na interpretação sobre a natureza da Faculdade da
Imaginação em Immanuel Kant [recurso eletrônico] / Apollo César
Abdelnur Alves. - 2025.

Orientador: Olavo Calábria Pimenta.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em Filosofia.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Pimenta, Olavo Calábria, 1961-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Filosofia. III.
Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

APOLLO CÉSAR ABDELNUR ALVES

Desafios na interpretação sobre a natureza da Faculdade da Imaginação em Immanuel Kant

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título licenciatura e bacharelado em Filosofia.

Área de concentração: Epistemologia

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Olavo Calábria Pimenta (IFILO, Orientador)

Prof. Dr. Marcos César Seneda (IFILO)

Doutoranda Islane Viana de Souza (UFU)

À Gina (*in memoriam*), minha companheira
nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, **Carolina**, e meu pai, **José**, pela estabilidade, cuidado, suporte e amor incondicional, que foram essenciais para minha formação acadêmica. Agradeço, também, às minhas irmãs, **Catarina** e **Camila**, pelo treinamento de resiliência, mas, principalmente, pela companhia da caçula e conselhos da mais velha.

Agradeço à minha tia e madrinha, **Miriam** ou ‘Dedé’, pelo interesse e suporte à minha formação, pelos diversos debates construtivos e pelo apoio financeiro, que sempre me deu sem pedir nada em troca.

Agradeço aos meus amigos do ensino médio, **Bibi, Lendra, Nicole, Eduardo, Gabriel, Luan, Rosilene, Calebe e Marcella**, que estiveram ao meu lado durante todo o percurso.

Agradeço ao meu professor e orientador **Dr. Olavo Calábria**, pelas aulas, disposição, orientação e amor à profissão e à pesquisa, que me inspiraram durante a graduação e, especialmente, guiaram este trabalho de conclusão de curso.

Agradeço, também, a todo o corpo docente do Instituto de Filosofia da UFU e colegas de curso que participaram dessa trajetória. Em especial, agradeço a **João Lázaro, Islane e Alberto**, pelo auxílio nos estudos e pela amizade que formamos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a **Yasmin**, cujo apoio no fim dessa jornada foi imprescindível. A ela, agradeço pelos debates, auxílio nos estudos, caronas à universidade, mas, principalmente, por me acalmar nos momentos de estresse na escrita desse trabalho e por nunca duvidar da execução e qualidade dele.

“Quando os governos hajam por bem ocupar-se dos assuntos dos eruditos, muito mais conforme seria com a sua sábia providência, tanto em relação à ciência como aos homens, que fomentassem a liberdade dessa crítica, a única que permite assentar em base segura os trabalhos da razão, em vez de apoiar o ridículo despotismo das escolas, que levantam grande alarido sobre o perigo público, quando se rasgam as suas teias de aranha, das quais o público nunca teve notícia e de cuja perda, portanto, nunca sentirá a falta”
(*KrV*: BXXXV).

RESUMO

Este trabalho investiga os desafios interpretativos acerca da natureza da faculdade da imaginação na filosofia de Immanuel Kant. O objetivo não consiste em resolver definitivamente a questão de sua natureza, mas em compreender por que ela surge como problema e quais obstáculos dificultam sua solução. Para tanto, realiza-se, primeiramente, uma análise de três vias interpretativas muito diferentes: a assimilação da imaginação ao entendimento, proposta por Caimi; a interpretação heideggeriana da imaginação como raiz comum da sensibilidade e do entendimento; e a defesa de Calábria da imaginação como faculdade sensível. Em seguida, o estudo recorre a uma leitura analítica das duas edições da *Crítica da Razão Pura* (1781, 1787) e da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), identificando passagens que reforçam ou contradizem as diferentes posições. O método adotado combina a revisão bibliográfica de comentadores relevantes com a análise textual direta das obras kantianas, buscando preservar a fidelidade ao texto do filósofo e identificar as passagens com as maiores contradições. Os resultados mostram que, embora cada vertente ofereça soluções parciais, todas enfrentam impasses significativos: a proposta de Caimi preserva a receptividade da sensibilidade, mas conflita com trechos explícitos que vinculam a imaginação à sensibilidade; Heidegger oferece uma interpretação radical, mas muito especulativa em comparação a outros comentadores; já Calábria sustenta o status sensível da imaginação com maior consistência, embora permaneça a dificuldade de conciliar a atividade dessa faculdade com a caracterização da sensibilidade como puramente receptiva. A conclusão indica que o problema da natureza da imaginação em Kant permanece aberto para novas investigações, mostrando-se central para a epistemologia kantiana e para a compreensão mais ampla da imaginação humana. O estudo, assim, contribui para ampliar o debate acadêmico, fornecendo subsídios tanto para a interpretação da obra de Kant quanto para futuras pesquisas filosóficas e interdisciplinares sobre o papel da imaginação no conhecimento.

Palavras-chave: Kant; imaginação; epistemologia; sensibilidade; entendimento.

ABSTRACT

This study investigates the interpretative challenges concerning the nature of the faculty of imagination in Immanuel Kant's philosophy. The objective is not to provide a definitive solution to the question of its nature, but rather to understand why it emerges as a problem and what obstacles make its resolution difficult. To this end, an analysis is first carried out of three very different interpretations: the assimilation of imagination to the understanding, proposed by Caimi; Heidegger's interpretation of imagination as the common root of sensibility and understanding; and Calábria's defense of imagination as a sensible faculty. The research then turns to an analytical reading of both editions of the *Critique of Pure Reason* (1781, 1787) and the *Anthropology from a Pragmatic Point of View* (1798), identifying passages that reinforce or contradict the different positions. The methodology combines a bibliographic review of relevant commentators with a direct textual analysis of Kant's works, aiming to remain faithful to the philosopher's writings while highlighting passages that exhibit the greatest contradictions. The results show that, although each strand offers partial solutions, all face significant impasses: Caimi's proposal preserves the receptivity of sensibility but conflicts with explicit passages that assign imagination to sensibility; Heidegger offers a radical interpretation, but highly speculative when compared to other commentators; Calábria, in turn, consistently supports the sensible status of imagination, although the difficulty remains of reconciling its active character with Kant's description of sensibility as purely receptive. The conclusion indicates that the problem of the nature of imagination in Kant remains open to further investigations, proving central to Kantian epistemology and to a broader understanding of human imagination. The study thus contributes to expanding academic debate, offering insights both for the interpretation of Kant's work and for future philosophical and interdisciplinary research on the role of imagination in knowledge.

Keywords: Kant; imagination; epistemology; sensibility; understanding.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A NATUREZA DA IMAGINAÇÃO: TRÊS VERTENTES INTERPRETATIVAS	14
1.1 A assimilação da imaginação ao entendimento.....	14
1.2 A raiz comum da sensibilidade e do entendimento	16
1.3 A Imaginação como faculdade sensível	20
2 O QUE KANT DIZ SOBRE A IMAGINAÇÃO: ANÁLISE DAS OBRAS.....	25
2.1 A Imaginação nas duas edições da <i>Crítica</i>	25
2.2 A Imaginação na <i>Antropologia</i>	29
2.3 Sensibilidade e sua receptividade.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Nascido em 22 de abril de 1724, em Königsberg¹ na antiga Prússia, onde passou toda sua vida, Immanuel Kant foi um filósofo iluminista da era moderna. Conhecido por sua “revolução copernicana”, como ele mesmo nomeia em seu prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant escreveu obras no tocante à metafísica, estética, política, religião, ética e epistemologia. Seu pensamento sintetiza duas correntes filosóficas da época, o racionalismo e o empirismo, e sua genialidade foi, principalmente, propor que são as estruturas mentais do sujeito que determinam o modo como conhecemos os objetos, e não os objetos que determinam o modo como o sujeito conhece as coisas.

Sendo iluminista, Kant foi um ávido defensor da autonomia da razão e de seu uso de forma crítica, como em seu texto “Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?” (1783), mas ainda procurou entender os limites do conhecimento humano, para possibilitar uma nova fundamentação da metafísica. Entre suas obras mais conhecidas estão a *Crítica da Razão Pura* (1781, 1787), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790) e *A Metafísica dos Costumes* (1797).

Hume, empirista moderno, já delegava à imaginação grande importância em sua epistemologia, em especial na formação do hábito para inferir a causalidade entre nossas impressões. Despertado pelo filósofo inglês, Kant também confere à imaginação um importante papel em sua teoria do conhecimento. Uma grande questão acerca dessa faculdade é sua natureza, isto é, a que capacidade fundamental ela pertence, tornando-a sensível ou intelectual.

O filósofo alemão divide a mente humana em duas capacidades fundamentais: a sensibilidade e o entendimento. Cada uma delas trabalha com um tipo de representação própria que possui características determinadas:

Por intermédio, pois, da sensibilidade são-nos *dados* objetos e só ela nos fornece *intuições*; mas é o entendimento que *pensa* esses objetos e é dele que provêm os conceitos (*KrV*: B33).

Retirando momentaneamente a imaginação dessa equação, a sensibilidade seria composta apenas pela faculdade dos sentidos, que é responsável pela receptividade das intuições. Esta representação sensível “refere-se imediatamente ao objeto e é singular” (*KrV*: B377). Enquanto isso, o entendimento é aquele que pensa os objetos, sendo responsável pela

¹ Atualmente, a cidade se chama Kaliningrado e fica no território russo.

formação dos conceitos, pelos quais as intuições são subsumidas. A representação intelectual, em contrapartida, é universal e mediata, isto é, os conceitos são criados mediante operações lógicas, que Kant nomeia de comparação, reflexão e abstração (*cf. Log: AA 09, 94*)².

A grande questão em definir a natureza da imaginação na filosofia kantiana é as contradições que podem surgir disso. A sensibilidade é, recorrentemente, definida por Kant como receptiva e o entendimento, como espontâneo:

Se chamarmos *sensibilidade* à *receptividade* do nosso espírito em receber representações na medida em que de algum modo é afetado, o *entendimento* é, em contrapartida, a capacidade de produzir representações ou a *espontaneidade* do conhecimento (*KrV: B75/A51*).

Se entendermos a imaginação como ativa, que é o nosso caso, e como uma faculdade sensível, a contradição está no fato de que uma faculdade ativa não pode fazer parte de uma capacidade somente receptiva, ou seja, a sensibilidade teria que ter uma parte passiva (os sentidos) e uma parte ativa (a imaginação). Se assumirmos a imaginação como uma faculdade intelectual, nos deparamos com as diversas declarações de Kant em que ele afirma que a imaginação pertence à sensibilidade, que trabalha com intuições ou que sua síntese é sensível.

Além disso, o próprio Kant colabora com a divergência de interpretações acerca da faculdade da imaginação quando não a conceitua com clareza (Pimenta, 2007, p. 132), principalmente em sua obra *Crítica da Razão Pura*³ (1781(A) e 1787(B)), que será uma das obras utilizadas nesse trabalho. Para Carvalho⁴, a diferença mais aparente entre as edições da *Crítica* é a submissão da imaginação ao entendimento, que podemos notar quando Kant conceitua essa síntese na segunda edição:

[...] a sua síntese das intuições, *de conformidade com as categorias*, tem de ser a síntese transcendental da *imaginação*, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós (*KrV: B152*).

² KANT, Immanuel. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução de Fausto Castilho. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

³ Doravante será chamada apenas de *Crítica*.

⁴ CARVALHO, Flávio. Anotações sobre o problema da imaginação na filosofia de Immanuel Kant. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 9, n. 1, p. 184, 2018.

Com essa aparente submissão, muitos interpretam o domínio da natureza imaginativa como intelectual. Porém, há duas passagens que representam fortes objeções a essa vertente interpretativa:

A imaginação é a faculdade de representar um objeto, mesmo sem a presença deste na intuição. Mas, visto que toda a nossa intuição é sensível, a imaginação pertence à sensibilidade, porque a condição subjetiva é a única pela qual pode ser dada aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente (KrV: B151).

Nota-se que, mesmo na segunda edição da *Crítica*, Kant é muito claro quanto à natureza sensível da imaginação. E, posteriormente, ao publicar *Antropologia de um ponto de vista pragmático*⁵ (1798), o filósofo ainda escreve:

Na faculdade de conhecer (faculdade das representações na intuição), a sensibilidade contém duas partes: o sentido e a imaginação - O primeiro é a faculdade de intuição na presença do objeto; a segunda, também sem a presença deste (Anth: 07, 153).

Assim, separamos três correntes principais dessas interpretações: (i) a imaginação é intelectual; (ii) a imaginação é a raiz comum da sensibilidade e do entendimento; e (iii) a imaginação é sensível. Cada uma dessas correntes será representada por um autor principal selecionado, sendo, respectivamente, Caimi⁶, Heidegger⁷ e Calábria⁸. A pesquisa deste trabalho utiliza como referencial bibliográfico duas obras principais, sendo elas as duas edições da *Crítica da Razão Pura*⁹ e *Antropologia de um ponto de vista pragmático*¹⁰, entendendo que essas obras contém a maior exposição sobre o tema e, conseqüentemente, maior contribuição para a o desenvolvimento da concepção kantiana da faculdade da imaginação.

⁵ Doravante será chamada apenas de *Antropologia*.

⁶ CAIMI, M. Comments on the Conception of Imagination in the Critique of Pure Reason. In: *Internationalen Kant-Kongresses: Recht und Frieden in der Philosophie Kants*, 10., 2005, São Paulo. Akten... Org. por V. Rohden, R. R. Terra, G. A. de Almeida, M. Ruffng. Berlin: De Gruyter, v. 1, p. 39-50, 2008.

⁷ HEIDEGGER, Martin. *Kant e o problema da metafísica*. Tradução de Alexandre Franco de Sá e Marco Antônio Casanova. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

⁸ CALABRIA, Olavo P. *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós: e ainda, a propósito da doutrina do Esquematismo e das duas Deduções das categorias*. Tese (Doutorado em Filosofia). Belo Horizonte/MG. Departamento de Filosofia da FAFICH – UFMG, 2012.

⁹ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

¹⁰ KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

O objetivo deste trabalho não é responder à questão da natureza da imaginação, mas entender o motivo pelo qual ela surge e quais os principais desafios para respondê-la, ou seja, não temos a intenção de solucionar um problema, mas apresentá-lo. Para tanto, entendo que é necessário descrevê-lo com ricos detalhes e se atentando, sempre, à obra principal (aqui delimitada à *Crítica* e à *Antropologia*).

Primeiramente vamos revisar de maneira minuciosa os comentadores selecionados com os seguintes textos: *Comments on the Conception of Imagination in the Critique of Pure Reason* [Comentários sobre a concepção de Imaginação na Crítica da Razão Pura] (Caimi, 2008), *Kant e o problema da metafísica* (Heidegger, 2019) e *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós [...]* (Calábria, 2012). O motivo para fazermos esse primeiro passo é compreendermos como os autores interpretam a obra kantiana, mais especificamente, o tema da natureza da imaginação, quais são suas soluções para possíveis contradições de Kant e quais novos problemas suas interpretações podem trazer.

A segunda etapa será trabalhar com os próprios textos kantianos. Diferentemente de Heidegger, aqui não há uma tentativa de, violentamente, mostrar o que não foi dito ou enxergar as entrelinhas, mas interpretar o texto da maneira mais fiel possível. Temos como um dos objetivos a compreensão da maneira como Kant descreve a natureza da imaginação e a identificação de quais são os trechos que aparentam maior contradição. Por isso, o que faremos é uma leitura analítica, a partir de trechos que mais abordam o tema do trabalho. Atentaremos não só ao contexto em que as passagens escolhidas estão inseridas, mas às palavras que o autor utiliza. Tudo isso será feito da maneira mais imparcial que nos é possível, sem pender para nenhuma das vertentes interpretativas apresentadas anteriormente. Porém, nada nos impede de mencioná-las, se assim for oportuno, para que o leitor compreenda o motivo pelo qual elas surgiram, que é, propriamente, um dos objetivos específicos deste trabalho.

Nosso fio condutor se iniciará pela análise da primeira edição da *Crítica*, seguida, então, pela segunda edição, para que fiquem mais claras as alterações realizadas por Kant. Em seguida, faremos a análise da *Antropologia* e uma breve investigação de como é descrito o caráter, ativo ou passivo, da sensibilidade nessas obras.

Por fim, iremos sintetizar as vertentes apresentadas e compará-las com as análises feitas da *Crítica* e *Antropologia*, utilizando, também, outras fontes para que o leitor compreenda a complexidade do problema, sua pertinência e os caminhos que ele abre para novas pesquisas. Pretendemos, com este trabalho, fomentar o debate sobre a faculdade da imaginação, possibilitando o surgimento contínuo de novos esclarecimentos sobre ela nos escritos kantianos,

de forma a contribuir não apenas para o meio acadêmico, mas também para a compreensão mais ampla da imaginação humana e, por consequência, da formação do nosso conhecimento.

1 A NATUREZA DA IMAGINAÇÃO: TRÊS VERTENTES INTERPRETATIVAS

1.1 A assimilação da imaginação ao entendimento¹¹

Caimi (2008), em seu artigo *Comments on the conception of Imagination in the Critique of Pure Reason*, comenta sobre a falta de um capítulo próprio para a imaginação e a clara hesitação de Kant em descrever essa faculdade. Como concorda Pimenta¹², Kant não se dedica, ou recua, na hora de formular um conceito próprio para a imaginação. Isso resulta na obscuridade da faculdade imaginativa na filosofia kantiana e, conseqüentemente, nas divergentes interpretações acerca de sua natureza. Para Caimi:

Talvez o testemunho mais conhecido desta mudança no pensamento de Kant relativamente à imaginação possa ser a correção manuscrita, acrescentada no seu próprio volume da primeira edição da sua obra, para modificar a passagem A 78: onde se dizia que a imaginação é “uma função cega, embora imprescindível, da alma”, Kant escreveu “uma função do entendimento” (Caimi, 2008, p.1, tradução nossa).

Na *Crítica*¹³, essa correção aparece como nota de rodapé, ou seja, Kant não chega a efetivamente colocá-la na segunda edição. Entretanto, Caimi observa que, na segunda edição da *Crítica*, Kant caracteriza a ação de síntese transcendental da imaginação como “uma ação do entendimento sobre a sensibilidade” (Caimi, 2008, p. 1, tradução nossa). Levando em consideração essas passagens, Caimi as confronta com a afirmação kantiana, na primeira edição, de que a imaginação é uma faculdade independente:

Há [...] três fontes primitivas (capacidades ou faculdades da alma), que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra faculdade do espírito; são os *sentidos*, a *imaginação* e a *apercepção* (*KrV*: A94).

¹¹ Caimi utiliza a expressão *assimilation of imagination to understanding* (2008, p. 11), aqui compreendida no sentido de a imaginação ser incorporada ao entendimento, ou seja, de ter sua identidade assimilada à identidade do entendimento.

¹² PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. A antropologia na encruzilhada: resenha do livro Antropologia de um ponto de vista pragmático, de Immanuel Kant. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 09, p. 127-140, jan./jun. 2007.

¹³ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 135.

O que o leva a seguinte questão¹⁴: “se a imaginação se assimila ao entendimento (como na edição da *Crítica da Razão Pura* de 1787) ou se é uma faculdade autônoma (como na edição de 1781)” (Caimi, 2008, p. 1, tradução nossa). O autor adota a vertente da imaginação como função intelectual, entendendo que há uma assimilação entre esta e o entendimento. Qual seria, então, a diferença entre os dois?

A resposta é dada em duas etapas, primeiro quanto ao objeto a que se voltam e segundo quanto às leis que obedecem. A imaginação seria o próprio entendimento, quando voltado à sensibilidade e funcionando a partir das leis contingentes sensíveis, e não a partir das leis universais e necessárias do entendimento. Para defender esse argumento, Caimi pretende demonstrar como a definição da imaginação de Kant se assemelha às definições de Descartes e Espinosa, que abordam justamente a assimilação entre essas duas faculdades.

Descartes entende a imaginação como o “pensamento em si, mas apenas o pensamento direcionado para a *res extensa*” (Caimi, 2008, p. 3, tradução nossa). Ou seja, o entendimento, a faculdade que pensa, voltada às coisas extensas, a matéria. De maneira semelhante, Espinosa liga a imaginação à contingência da sensibilidade, afirmando que “tudo pode ser entendido como imaginação, desde que se distinga da ordem dedutiva do entendimento” (Caimi, 2008, p. 5, tradução nossa). Segundo Caimi, essas duas concepções sobre a imaginação podem ser encontradas na *Crítica*:

[...] onde Kant afirma que, “a imaginação é [...] uma faculdade de determinar a sensibilidade *a priori*, e a sua síntese de intuições de acordo com as categorias [...] é uma ação do entendimento sobre a sensibilidade e a primeira aplicação do entendimento [...] a objetos de intuição possíveis para nós”. (B 151/152). E, noutro lugar: “É a mesma e única espontaneidade, aquela que, sob o nome de imaginação lá, e aqui com o nome de entendimento, introduz uma combinação dentro do múltiplo da intuição”. (B 162, nota) (Caimi, 2008, p. 7, tradução nossa)¹⁵.

¹⁴ Caimi destaca dois problemas principais: este apresentado no trabalho e, ainda, se a definição da imaginação é “a faculdade de representar algo na intuição sem a presença do objeto” (p. 2, tradução nossa) ou, *também* sem a presença do objeto. Essa segunda questão, porém, não será abordada por não tratar propriamente da natureza da imaginação, isto é, devido ao limite do escopo do trabalho.

¹⁵ Na edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, encontra-se: “A imaginação é [...] uma faculdade de determinar a priori a sensibilidade; e a sua síntese das intuições, de conformidade com as categorias [...] é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento [...] a objetos da intuição possível para nós” (B151/152). E, também: “É uma e a mesma espontaneidade, que ali sob o nome de imaginação, aqui sob o de entendimento, promove a ligação no diverso da intuição” (B162, nota).

Nessas passagens, Kant estaria afirmando que a imaginação é uma ação do próprio entendimento que age sobre a sensibilidade, assim como Descartes afirma. Não há, explicitamente nas citações feitas por Caimi, uma afirmação de que a imaginação segue leis contingentes da sensibilidade, e não a lógica do entendimento. E, na verdade, Kant é claro em dizer que ela age conforme as categorias, que são os conceitos puros do entendimento que regem a experiência possível para nós. Mesmo assim, Caimi compreende que, ao determinar a sensibilidade *a priori*, a imaginação se coloca à mercê das condições específicas da sensibilidade, “que não podem ser reduzidas às condições lógicas do puro entendimento” (Caimi, 2008, p. 7, tradução nossa).

No entanto, é necessário entender a principal consequência em admitir a assimilação entre entendimento e imaginação: essa última deixa de ser uma faculdade independente. Calábria (2011, p. 85-93) nomeia esse movimento, em sua tese de doutorado, como *aniquilamento* da imaginação. Isto é, a imaginação seria apenas “o nome que o entendimento recebe (enquanto espontaneidade) quando se volta para as representações intuitivas e passa a operar também segundo as leis da sensibilidade” (Calábria, 2011, p. 87).

É interessante notar que Caimi comenta sobre a comparação feita por G.S.A. Mellin¹⁶, entre a definição da imaginação na *Crítica* e na *Antropologia*. Nessa comparação, Mellin considera que, na *Antropologia*, Kant coloca a imaginação na sensibilidade¹⁷. Mas, ao invés de considerar essa colocação um problema em sua tese, Caimi deixa essa questão de lado e foca no problema da necessidade ou não da presença do objeto para que a imaginação o intua.

Em suma, a tese de Caimi resolve a problemática de uma faculdade ativa ser pertencente a uma capacidade receptiva, pois, ao defender, na verdade, a imaginação como função do intelecto, mantém a pura espontaneidade no entendimento e a receptividade na sensibilidade. Porém, a questão se torna outra: rebater os trechos nas obras kantianas em que a imaginação é explicitamente definida como uma faculdade independente e sensível, que veremos mais à frente.

1.2 A raiz comum da sensibilidade e do entendimento

¹⁶ Autor de *Encyclopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie*, 1797.

¹⁷ Caimi utiliza as palavras *place in* (2008, p. 1), que podem ser traduzidas para “coloca no(a)”, o que nos permite entender que, nessa leitura, a imaginação não apenas está voltada para as coisas sensíveis, mas está *colocada* na sensibilidade, e não no entendimento.

Martin Heidegger, filósofo alemão do século XX, entende que, encontrando o problema central da obra de Kant¹⁸, seria possível fazer uma fundamentação não só da metafísica, mas de uma ontologia em geral. Aqui não nos preocuparemos em destrinchar essa fundamentação, mas sim em apresentar como Heidegger interpretou a tese kantiana da imaginação em sua obra *Kant e o problema da metafísica*.

A interpretação heideggeriana é o que chamamos, como ele mesmo nomeou, de imaginação como raiz comum ou “unidade originária” das capacidades mentais. Para chegar a essa formulação, Heidegger primeiro admite a utilidade da *Antropologia* em nos esclarecer acerca da imaginação e destaca a passagem onde Kant a define como faculdade das intuições. Logo, ele apresenta também o problema que isso traz:

Esta "força formadora" [da imaginação] é, ao mesmo tempo, um "formar" que recebe (receptivo) e que é criador (espontâneo). Neste "ao mesmo tempo" encontra-se a autêntica essência da sua estrutura. Mas se a receptividade significar a mesma coisa que sensibilidade, e a espontaneidade a mesma coisa que entendimento, a imaginação recairá, de um modo autêntico, entre as duas. Isso dá-lhe um caráter estranhamente ambivalente, que também vem à luz nas determinações kantianas desta faculdade. Na repartição nas duas classes fundamentais da faculdade de conhecimento, Kant atribui-a, apesar da sua espontaneidade, à sensibilidade (Heidegger, 2019, p. 139).

Isto é, devido ao seu caráter formativo e, portanto, espontâneo, sua natureza sensível entra em contradição, pois Kant sempre definiu a sensibilidade como receptiva. É nesse momento, então, que Heidegger lança sua tese: essa aparente ambivalência da imaginação se dá porque ela é uma faculdade média entre a sensibilidade e o entendimento. Ele ainda afirma que na própria *Crítica* antes mesmo da *Antropologia*, Kant já havia deixado claro essa natureza da imaginação:

[A antropologia] não contém mais do que aquilo que já foi salientado pela fundamentação na *Crítica da Razão Pura*. Pelo contrário: as exposições da dedução transcendental e do esquematismo trouxeram à luz de um modo incomparavelmente mais originário o fato de que a imaginação é uma faculdade intermediária entre a sensibilidade e o entendimento (Heidegger, 2019, p. 141).

Entretanto, Heidegger rapidamente abandona a tentativa de fazer da antropologia kantiana uma apologia à imaginação de modo originário, pois, em vista do projeto antropológico de Kant ser de caráter empírico, a tentativa de fazer uma ontologia a partir de tal

¹⁸ O problema central na filosofia kantiana, para Heidegger (2019), é a finitude humana.

base não obteria sucesso. Seus esforços então são direcionados à imaginação da *Crítica*, pois nela há a definição da imaginação pura e transcendental, que propriamente possibilita toda a experiência.

Sabe-se que Kant utiliza frequentemente a ideia de dualismo para representar as fontes do conhecimento. O que Heidegger defende, porém, é que esse uso do dualismo é justamente para demonstrar que a sensibilidade e o entendimento possuem uma raiz comum. Na introdução da *Crítica*, Kant cita rapidamente que os dois troncos do conhecimento podem ser “porventura oriundos de uma raiz comum, mas para nós desconhecida” (*KrV*: B29). Mesmo que, no decorrer da obra, ele não tenha desenvolvido essa ideia, Heidegger parece ver esse trecho como pontapé inicial de sua análise.

Nessa dualidade, Heidegger vê a imaginação transcendental como apátrida, sem local próprio na *Crítica* e ainda destaca que, mesmo a estética transcendental sendo o terreno que Kant designou para a faculdade das intuições, a imaginação só encontra seu desenvolvimento propriamente na lógica transcendental. Na primeira edição, Kant nomeia a imaginação como “faculdade fundamental da alma humana” (*KrV*: A124), que possibilita, *a priori*, todo o conhecimento. Heidegger compreende que, sendo fundamental, é a faculdade que possibilita também a unidade originária das demais faculdades e, conseqüentemente, possibilita a transcendência. E ainda, que a imaginação não é “reduzível aos elementos puros junto com os quais ela forma a unidade essencial da transcendência” (Heidegger, 2019, p. 144), ou seja, ela não pode ser vista como intuição pura ou pensar puro.

Heidegger salienta as duas abordagens kantianas, de ora expor a “teoria da dualidade dos ramos” (Heidegger, 2019, p. 145): a sensibilidade e o entendimento; e ora expor a teoria da tríade de elementos: “o *sentido*, a *imaginação* e a *apercepção*” (*KrV*: A94, A115). E utiliza disso para mostrar como a imaginação é referenciada, também, como faculdade própria, independente e formadora da unidade das demais faculdades, a saber, o sentido (que pertence à sensibilidade) e a apercepção (que pertence ao entendimento). Como o autor explica, encontrando a origem da intuição e do pensar puro, entendemos que a estrutura desses está necessariamente ligada à imaginação:

O desvelamento da origem que foi caracterizado significa antes que a estrutura dessas faculdades está enraizada na estrutura da imaginação transcendental, de tal modo que esta só pode “imaginar” algo na unidade estrutural com aquelas duas (Heidegger, 2019, p. 147-148).

Todavia, Heidegger admite que Kant recuou na segunda edição da *Crítica* e submeteu a imaginação ao entendimento. Ele destaca duas passagens como exemplos da mudança na obra kantiana, onde antes a imaginação era abordada como terceira faculdade fundamental e que foram substituídas por outros conteúdos. E, assim como Caimi (2008), Heidegger cita a correção de Kant, feita apenas em seu exemplar pessoal, em que ele troca “função da alma” por “função do entendimento” na definição da imaginação (*KrV*: A78, nota).

Dessa forma, ele compreende que o objetivo de Kant é propriamente tirar a independência da faculdade da imaginação e fazer de sua atividade uma função inteiramente do entendimento. E vai além, para ele, na segunda edição da *Crítica*, a imaginação se torna um mero título para a síntese empírica, que é realizada pelo entendimento, isto é, “a ‘síntese’ apenas ‘se chama’ ‘imaginação’, na medida em que se refere à intuição, mas é, no fundo, entendimento” (Heidegger, 2019, p. 170). Nesse sentido, sua interpretação sobre a mudança de posição kantiana parece se assemelhar bastante ao modo como Caimi (2008) entende a imaginação como assimilada ao entendimento, sendo apenas uma função intelectual quando voltada à sensibilidade, como Heidegger nota:

[...] se Kant só na segunda edição introduz um nome próprio aparentemente característico para a imaginação transcendental, sob o título da “síntese *speciosa*”, é precisamente esta expressão que prova que a imaginação transcendental perdeu a sua anterior autonomia. Ela só se chama assim, porque o entendimento nela se refere à sensibilidade e, sem esta referência, é *synthesis intellectualis* (Heidegger, 2019, p. 171).

E como justificativa de Kant ter recuado sobre a imaginação, Heidegger acredita que a obra kantiana se dirigiria a um abismo caso a imaginação fosse colocada como fundamento de todo conhecimento. Sabe-se que Kant foi um filósofo iluminista, e que a psicologia, antropologia e a própria filosofia desse período reclamavam a superioridade da razão, e, em segundo plano, a imaginação era uma faculdade inferior da sensibilidade. Quantas questões uma empreitada a favor da imaginação poderia trazer:

Como poderia a faculdade inferior da sensibilidade constituir a essência da razão? Não entra tudo em confusão quando aquilo que é mais inferior é posto como superior? Que acontece com a venerada tradição, segundo a qual a *ratio* e o *logos* reclamavam na história da metafísica a função central? Será que o primado da lógica pode cair? Será que ainda se pode manter em geral a arquitetônica da fundamentação da metafísica, a articulação em estética e lógica transcendentais, se aquilo que elas têm por tema é, no fundo, imaginação transcendental?

Não retira a *Crítica da Razão Pura* a ela mesma o seu tema, se a razão pura se transforma em imaginação transcendental? Não será que esta fundamentação leva para diante de um abismo? (Heidegger, 2019, p. 173).

Desse modo, Kant teria recuado porque se deparou com o desconhecido. “A obscuridade e ‘estranheza’ da imaginação transcendental” (Heidegger, 2019, p. 175) o levaram de volta à razão pura, que também detinha a força necessária para uma fundamentação da metafísica.

É importante ressaltar que a proposta heideggeriana é expor o que Kant quis dizer, mas não disse, ou seja, sua interpretação é uma tentativa de ler as entrelinhas. A imaginação como “unidade originária”, ou raiz comum, da sensibilidade e do entendimento, é uma leitura radical e, como o próprio Heidegger indica, violenta, pois tenta “arrancar àquilo que as palavras dizem aquilo que elas querem dizer” (Heidegger, 2019, p. 204). Porém, também apresenta uma terceira alternativa, que se coloca muito distante da clássica interpretação da imaginação como função do intelecto, e, por mais que próxima, ainda consegue se diferenciar e ter essência própria quando comparada à imaginação como faculdade sensível.

1.3 A Imaginação como faculdade sensível

Ainda que Kant afirme explicitamente o pertencimento da imaginação à sensibilidade em mais de um trecho nas suas obras, poucos defendem essa alternativa. Um dos teóricos dessa vertente é Calábria (2012), que explica, não somente, a natureza, ou status¹⁹, da faculdade da imaginação, mas também seu caráter, aptidões, condutas e impulsos²⁰. Aqui, nos atentaremos apenas à sua interpretação acerca do status da imaginação.

O primeiro trecho que Calábria (2012) utiliza a favor de sua tese está presente na segunda edição da *Dedução* das categorias, onde Kant escreve:

A faculdade da imaginação [Einbildungskraft] é a capacidade [Vermögen] de representar um objeto também sem a sua presença na intuição. Ora, visto que toda a nossa intuição é sensível, devido à condição subjetiva unicamente sob a qual pode dar uma intuição correspondente aos conceitos do entendimento, a faculdade da imaginação pertence à sensibilidade [...] (KrV: B151, apud Calábria, 2012, p. 120).

¹⁹ Utilizaremos o termo “status” pois o próprio autor o cunhou e o utiliza em sua tese.

²⁰ Para ler sobre todas essas características de modo mais sucinto, veja: CALÁBRIA, Olavo P. A faculdade da imaginação em Kant. In: WUNENBURGER, Jean-Jacques; ARAÚJO, Alberto Filipe; ALMEIDA, Rogério de (Coord.). *Os trabalhos da imaginação: abordagens teóricas e modelizações*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p. 333-353.

Embora a afirmação final seja clara, Calábria admite que nem anteriormente, nem posteriormente, Kant oferece uma boa justificativa ou explicação para ela. Na verdade, o que o filósofo alemão faz é justamente o oposto, dá a entender, em trechos seguintes, que “a imaginação pode ser *identificada* com o entendimento” (Calábria, 2012, p. 121), o que acaba gerando interpretações como a de Caimi (*cf.* p. 8).

Para, então, entender melhor essa passagem, sem deixar de alinhá-la com o resto da *Crítica*, Calábria utiliza a *Antropologia*, onde Kant vai, antes mesmo de definir a imaginação, colocá-la como parte da sensibilidade:

Na faculdade de conhecer (faculdade das representações na intuição), a *sensibilidade* contém duas partes: o *sentido* e a *imaginação*. O primeiro é a faculdade de intuição na *presença* do objeto; a segunda, também *sem* a presença deste (*Anth*: 07, 153).

A palavra mais importante para Calábria nos dois trechos já apresentados, tanto da *Crítica* quanto da *Antropologia*, é o termo “também”. Mesmo não sendo o termo destacado por Kant, que na verdade destaca “sem”, ou “sem a presença na intuição”, ele é imprescindível para a compreensão de sua tese. Para o autor, o “também” serve para destacar como a imaginação e os sentidos possuem semelhanças e diferenças. A semelhança é o fato de que os dois são capazes de intuir na presença do objeto, e a diferença é que a imaginação intui *também* sem a presença dele. O destaque aqui é que a imaginação é capaz de representar um objeto na intuição, independente da presença ou ausência dele:

A caracterização da imaginação como uma capacidade que lida exclusivamente com representações *intuitivas* será de grande valia para formarmos nossa compreensão sobre sua ‘natureza’ e operacionalidade, em particular para afastar qualquer hipótese de aniquilamento de seu status mediante uma assimilação ao entendimento (Calábria, 2012, p. 123).

Não só na *Antropologia*, mas nas *Preleções* (*Vorl*: 28, 230, *apud* Calábria, 2012, p. 123), Kant também divide a sensibilidade em duas partes, uma que é a representação do próprio sentido, que se origina da impressão dos objetos, e outra que é uma representação imitada dos sentidos, que se origina da mente. Calábria (2012) entende que essa divisão diz respeito, respectivamente, aos sentidos e à faculdade da imaginação, assim, “fica patente que ela [a imaginação] é uma capacidade da mente apta a apresentar representações intuitivas” (Calábria, 2012, p. 123-124), reforçando seu status sensível.

Como Calábria (2012) explica detalhadamente em sua tese, os sentidos e a imaginação são necessários para o conhecimento sensível de tal modo que há uma espécie de “transferência” à imaginação das sensações recebidas passivamente pelos sentidos. A imaginação, por sua vez, pode trabalhar com essa matéria de acordo com as suas funções. Fato é que todo esse processo lida com representações intuitivas, logo, “Kant não tem dúvida em caracterizar estas capacidades como pertencentes à nossa sensibilidade” (Calábria, 2012, p. 125).

Diversos exemplos, apontados pelo autor da tese, também reforçam esse status sensível. Um de grande importância foi retirado das *Preleções*, onde Kant afirma que certo conhecimento sensível tem origem na imaginação:

[...] se eu me re-apresento [*vergegenwärtige*] uma casa, que vi anteriormente, então a representação agora provém da mente; mas, no entanto, sobre a condição de que o sentido seja afetado previamente por este objeto. Tal conhecimento sensível que provém da espontaneidade [*Spontaneität*] da mente chama-se conhecimento da faculdade de formar [*bildenden Kraft*] (*Vorl*: AA 28, 230, *apud* Calábria, 2012, p. 125-126).

Tais afirmações não deixam dúvida de que nestas passagens Kant está efetivamente se referindo à faculdade da imaginação quando menciona as representações sensíveis (intuições) provenientes da própria mente, tanto devido à alusão feita à representação da memória, que, como veremos adiante, será por Kant identificada como uma das atividades da imaginação, mas também devido à expressão ‘faculdade de formar’ [*bildenden Kraft*] que também é característica de descrição kantiana da imaginação (Calábria, 2012, p. 126).

Além das passagens em que a imaginação é caracterizada como sensível, ou designada assim por trabalhar com representações intuitivas, há uma peculiaridade específica dessa faculdade que Calábria (2012) destaca: “uma das características que encontramos ao identificarmos as propriedades da imaginação é a capacidade de formar imagens particulares” (p. 174). Por exemplo, quando imaginamos um carro, temos em mente uma imagem particular, como um Palio preto de quatro portas. Portanto, não imaginamos uma representação universal. Mas qual a implicação disso para o status da imaginação?

Em seu recente livro, Calábria²¹ discorre sobre os três critérios de diferenciação entre intuições e conceitos que Kant utiliza. O autor os nomeia de lógico quantitativo, epistemológico e mereológico. Aqui nos atentaremos, somente, ao critério lógico quantitativo. Ele diz respeito à singularidade e universalidade das representações, como Kant descreve:

²¹ CALABRIA, Olavo P. *Uma iniciação à Crítica da razão pura de Immanuel Kant*. Uberlândia: EDUFU, 2024. (Textos Fundamentais Para a Formação em Filosofia, v. 2).

Todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientes referidas a um objeto são ou *intuições* ou *conceitos*. A intuição é uma representação *singular* (*repraesentatio singularis*); o conceito, uma representação *universal* (*repraesentatio per notas communes*) ou representação *refletida* (*repraesentatio discursiva*) (AA 09:589, *apud* Calábria, 2024, p. 44).

Portanto, sendo a intuição uma representação singular e a imaginação forma imagens singulares, logo, esta trabalha com intuições. Como as intuições são sensíveis, a imaginação também é. Essa conclusão nos remete à afirmação do próprio Kant de que a imaginação pertence à sensibilidade (*cf. KrV*: B151).

Uma consequência dessa vertente interpretativa é a de admitir que os animais não racionais tenham imaginação, pois se entende que, na filosofia kantiana, eles possuem a capacidade mental da sensibilidade. A dificuldade nisso reside no fato de que a imaginação realiza a reunião do diverso sensível na formação de uma imagem espacial e na associação temporal, que parece ser uma função mental complexa para animais não racionais:

Há, pois, em nós uma faculdade ativa da síntese deste diverso, que chamamos imaginação, e a sua ação, que se exerce imediatamente nas percepções, designo por *apreensão*. A imaginação deve, com efeito, reduzir a uma imagem o diverso da intuição [...] (*KrV*: A120).

Para Calábria (2012), no entanto, isso não é um problema, já que Kant, ao classificar os graus de conhecimento, atribui a esses animais o grau de “saber [*kenenn*] algo (*noscere*): ou representar-se algo na comparação [*Vergleichung*] com outras coisas tanto segundo a identidade como a diversidade” (AA 09, 64-5, *apud* Calábria, 2012, p. 187). A conclusão é que, se os animais não racionais são capazes de comparar representações, há uma grande probabilidade de possuírem uma faculdade ativa²² como a imaginação, o que mantém o consenso de que eles possuem apenas capacidades sensíveis.

Tendo resolvido esse problema, surge um segundo: como explicar o recuo de Kant perante a imaginação, apontado por Heidegger (2019), ou a aparente submissão desta ao entendimento, apontada por Carvalho (2018), na segunda edição da *Crítica*? Para Calábria (2012):

[...] a Dedução transcendental concerne direta e exclusivamente à relação entre conceitos puros do entendimento e objetos indeterminados da intuição empírica (aparecimentos). Neste contexto, todas as operações de produção dos

²² É importante ressaltar que o caráter ativo, aqui remetido a imaginação, é uma interpretação de Calábria (2012). Sua argumentação em defesa desse caráter não é objeto de estudo desse trabalho.

aparecimentos já devem estar pressupostas. Daí porque, não há mais necessidade de tratar neste contexto do que agora deixou de ser essencial e que diz respeito à relação entre as duas faculdades extremas e heterogêneas. Qualquer tratamento feito neste contexto, por mais conciso que seja, de questões restritas ao âmbito da simples sensibilidade [...] não faria mais do que desviar a atenção do que é capital, não apenas dificultando a compreensão de seus argumentos, como também diminuindo drasticamente as chances de adesão por parte de seus leitores. O resultado desta mistura inoportuna só poderia ser mesmo o de multiplicar os desentendimentos e estimular as objeções. Acreditamos que Kant se deu conta disto a partir da recepção pouco amistosa que a primeira versão da KrV obteve, e que sem se perceber provavelmente teria sido traído pelo hábito que adquiriu durante mais de uma década nos cursos que vinha ministrando sobre Antropologia, e nos quais costumava apresentar uma detalhada exposição das mais diversas operações da faculdade da imaginação (Calábria, 2012, p. 196-197).²³

Ou seja, as alterações realizadas por Kant concerniam à melhor acessibilidade da obra e à melhora de sua didática, para não confundir os leitores, e não a mudanças no seu pensamento acerca da imaginação. Por fim, Calábria (2012) conclui que a faculdade da imaginação possui identidade própria e um status sensível. Sua interpretação, por mais que pioneira e ainda pouco aceita entre os comentadores, fornece sólidas justificativas para muitos dos que parecem ser “erros” ou “incongruências” nas principais obras kantianas.

²³ Calábria também desenvolve em sua tese a diferenciação entre aparecimento [*Erscheinung*] e fenômeno [*Phaenomena*], que possuem termos distintos no original alemão, mas são traduzidos igualmente como “fenômeno” na maioria das edições brasileiras. Em resumo, Calábria (2012) compreende que aparecimentos, ao contrário dos fenômenos, são objetos não determinados pelos conceitos do entendimento, estando no domínio da sensibilidade.

2 O QUE KANT DIZ SOBRE A IMAGINAÇÃO: ANÁLISE DAS OBRAS

2.1 A Imaginação nas duas edições da *Crítica*

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant divide a *Doutrina Transcendental dos Elementos* em duas partes: a Estética Transcendental e a Lógica Transcendental. Na Estética, o filósofo se ocupa dos elementos *a priori* da sensibilidade, isolando-a de tudo que se refere ao pensamento puro pertencente ao entendimento. A Lógica Transcendental²⁴, então, é definida da seguinte forma:

Na presunção de que haja porventura conceitos que se possam referir *a priori* a objetos, não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como atos do pensamento puro, e que são, por conseguinte, conceitos, mas cuja origem não é empírica nem estética, concebemos antecipadamente a idéia de uma ciência do entendimento puro e do conhecimento de razão pela qual pensamos objetos absolutamente *a priori*. Uma tal ciência, que determinaria a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos, deveria chamar-se *lógica transcendental*, porque trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos *a priori* e não, como a lógica vulgar, indistintamente aos conhecimentos de razão, quer empíricos quer puros (*KrV*: A57, B82).

Entende-se, portanto, que a *Lógica* trata dos elementos *a priori* do entendimento (em sentido estrito) e da razão, e a sua validade objetiva. A faculdade da imaginação é mencionada em diversas partes no decorrer da *Crítica*, mas, especialmente, suas funções são muito mais desenvolvidas na *Lógica*. Isso nos dá a entender que a imaginação pode ser uma parte do entendimento que possibilita o pensamento puro *apriorístico*.

Na primeira edição da *Crítica*, porém, Kant parece separar muito bem essas duas faculdades. Por mais que pareça haver uma certa colaboração entre sensibilidade e entendimento quando se diz respeito à imaginação, esta última não deixa de ter sua própria identidade. Um exemplo dessa separação explícita:

Há, porém, três fontes primitivas (capacidades ou faculdades da alma), que encerram as condições de possibilidade de toda a experiência e que, por sua vez, não podem ser derivadas de qualquer outra faculdade do espírito; são os *sentidos*, a *imaginação* e a *apercepção* (*KrV*: A94).

²⁴ Doravante será chamada apenas de *Lógica*.

Aqui Kant nomeia a imaginação juntamente com os sentidos e a apercepção, que são, respectivamente, sensível e intelectual. Esse reconhecimento da imaginação em conjunto com essas duas demonstra sua importância como uma faculdade de determinadas características próprias e distintas de todas as outras.

Sobre a natureza da imaginação, na primeira edição, Kant não é tão explícito, pois não a designa especificamente como *pertencente* ao domínio da sensibilidade ou do entendimento. Ainda assim, o autor claramente se refere, na *Lógica*, à síntese da imaginação como sensível:

Ora essa apercepção é que se deve juntar à imaginação pura para tornar intelectual a sua função. Com efeito, em si mesma, a síntese da imaginação, embora exercida *a priori*, é contudo sempre sensível, porque apenas liga o diverso tal como *aparece* na intuição, por exemplo, a figura de um triângulo. É, contudo, pela relação do diverso à unidade da apercepção, que podem ser efetuados conceitos que pertencem ao entendimento, mas apenas por intermédio da imaginação relativamente à intuição sensível (*KrV*: A124).

Nessa mesma passagem, podemos entender que a função da imaginação somente se torna intelectual quando se junta com a apercepção. Desse modo, antes disso, e como o próprio Kant diz, em si mesma, a síntese da imaginação é sensível. Fica cada vez mais claro, porém, que a imaginação necessita da unidade fornecida pelo entendimento para formar conhecimento em sentido próprio. Isso não precisa significar que a imaginação pertence ao entendimento, mas que, para ter conhecimento, é necessário que as duas capacidades fundamentais operem em conjunto, como Kant mesmo afirma:

Mediante esta faculdade [a imaginação], ligamos o diverso da intuição, por um lado, com a condição da unidade necessária da apercepção pura, por outro. Os dois termos extremos, a sensibilidade e o entendimento, devem necessariamente articular-se graças a esta função transcendental da imaginação, pois de outra maneira ambos dariam, sem dúvida, fenômenos [*Erscheinungen*], mas nenhum objeto de um conhecimento empírico e, portanto, experiência alguma (*KrV*: A124).

Especialmente no capítulo sobre o esquematismo, o filósofo alemão demonstra como ocorre a colaboração da sensibilidade e do entendimento. Isso ocorre pois o esquema, produzido pela imaginação, é uma regra para construção de imagens de conceitos. Essa regra tem de ser universal e, portanto, fornecida pelo entendimento. Mas as imagens geradas têm de ser particulares, produzidas por uma faculdade sensível:

[...] a imagem é um produto da faculdade empírica da imaginação produtiva, e [...] o esquema de conceitos sensíveis (como das figuras no espaço) é um

produto e, de certo modo, um monograma da imaginação pura *a priori*, pelo qual e segundo o qual são possíveis as imagens (*KrV*: B181/A142).

A partir da segunda edição da *Crítica*, o desenvolvimento da imaginação com identidade própria fica em segundo plano, o que pode parecer um recuo do autor quanto a sua concepção anterior. De fato, como notam os intérpretes, há uma nota manuscrita na *Crítica* de Kant em que ele coloca a imaginação como função do entendimento (*cf.* *KrV*: A78). Entretanto, essa nota nunca chegou a ser incluída na segunda edição da *Crítica*, e, o próprio autor fornece vários indícios do contrário. Um desses indícios mais fortes encontra-se na própria *Lógica*:

A imaginação é a faculdade de representar um objeto, mesmo sem a presença deste na intuição. Mas, visto que toda a nossa intuição é sensível, a imaginação pertence à sensibilidade, porque a condição subjetiva é a única pela qual pode ser dada aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente (KrV: B151).

Em toda a *Crítica*, essa é a passagem mais explícita em que Kant coloca a imaginação como pertencente à sensibilidade. Logo em seguida, porém, ele nos confunde ao dizer que a síntese transcendental da imaginação é obra do entendimento:

*[...] a sua síntese das intuições, de conformidade com as categorias, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós (KrV: B152).*²⁵

Ora, se a imaginação fosse um mero efeito do entendimento sobre a sensibilidade e, portanto, só se referisse a objetos sensíveis, sem deixar de ser uma função puramente intelectual, por que Kant se daria o trabalho de, momentos antes, colocá-la como pertencente a sensibilidade? Outrossim, o autor continua a transparecer essa contradição:

*[...] a síntese da apreensão, que é empírica, tem que ser necessariamente conforme à síntese da apercepção, que é intelectual e está inteiramente contida *a priori* na categoria. É uma e a mesma espontaneidade, que ali sob o nome de imaginação, aqui sob o de entendimento, promove a ligação no diverso da intuição (KrV: B163).*

²⁵ Essa passagem nos rememora a interpretação de Caimi, em que a imaginação parece ser apenas uma função do entendimento quando esse se volta à sensibilidade. Entretanto, se nos atermos à interpretação de Calábria, por exemplo, poderíamos ter uma compreensão diversa, em que o efeito do entendimento à sensibilidade, a que Kant se refere nesse trecho, diz respeito à conduta heterônoma da imaginação, quando esta realiza a síntese da reconhecimento no conceito.

Aqui, Kant poderia estar implicando que a mesma espontaneidade do entendimento é a que realiza a síntese da apreensão, e que, por se voltar a intuições empíricas, recebe o nome de imaginação. Aparenta, assim, que há uma mesma capacidade sob títulos diferentes. Todavia, ele pode também estar se referindo à espontaneidade apenas como o caráter ativo que está presente tanto na imaginação como no entendimento.

O que gera maior confusão é o fato de Kant usar o termo “síntese”, ou “ligação” em outros momentos, para uma atividade tanto da imaginação quanto do entendimento. Não há, porém, motivo pelo qual todos os tipos de síntese deveriam ser realizados por uma mesma faculdade. A imaginação pode muito bem realizar os tipos de síntese que lidam com intuições, enquanto o entendimento lida com ligações puramente intelectuais, como, por exemplo, a ligação entre sujeito e predicado em um juízo, ou do *eu penso* às representações, ou das notas ao conceito. Não obstante, Kant de fato nomeia de síntese intelectual aquela realizada apenas pelo entendimento, e síntese figurada, aquela realizada pela imaginação, mesmo que de conformidade com as categorias²⁶:

A síntese figurada, porém, quando se refere apenas à unidade sintética originária da apercepção, ou seja, a esta unidade transcendental que é pensada nas categorias, deverá chamar-se *síntese transcendental da imaginação*, para a distinguir da ligação simplesmente intelectual. [...] Sendo figurada é distinta da síntese intelectual, que se realiza simplesmente pelo entendimento, sem o auxílio da imaginação (*KrV*: B151-152).

A concepção kantiana de uma colaboração entre o entendimento e a sensibilidade para a realização das funções da imaginação parece não ter se perdido na segunda edição, pois ele afirma que a faculdade da imaginação “depende do entendimento quanto à unidade da sua síntese intelectual, e da sensibilidade quanto à diversidade da sua apreensão” (*KrV*: B164)²⁷. Porém, muitas passagens citadas da primeira edição foram retiradas ou reescritas na segunda edição, passagens estas importantes para caracterizar a imaginação com identidade própria (*cf.* *KrV*: A94), ou para compreender melhor a colaboração entre as capacidades fundamentais (*cf.*

²⁶ A expressão “de conformidade com as categorias” é utilizada por Kant (*cf.* *KrV*: B152) para descrever a síntese transcendental da imaginação. A “conformidade” a que Kant se refere pode ter mais de um sentido: concordância ou submissão. Em qualquer um desses sentidos, a imaginação não precisa ser parte do entendimento, pode apenas concordar com as categorias ou obedecê-las.

²⁷ É importante notar como nesse trecho a imaginação parece separada das duas capacidades, apenas recebendo o diverso da sensibilidade e a unidade do entendimento, os dois necessários para realizar sua síntese. Podemos nos lembrar do que Heidegger aponta como uma imaginação apátrida, sem domínio pertencente. Porém, a vertente heideggeriana deve entender a imaginação como mais fundamental que essas capacidades, sendo uma raiz comum para elas, e a dependência da imaginação que Kant evidencia aponta, na verdade, para uma hierarquia contrária.

KrV: A124). Outras, em contrapartida, tiveram apenas adições, como sobre o esquema (*cf. KrV*: A142). O que podemos concluir disso é que Kant, de fato, teve uma mudança de postura na maneira de abordar a faculdade da imaginação que possibilita a proliferação de diversas vertentes interpretativas. As alterações acerca da identidade da imaginação podem ser, e realmente foram, ponto de partida para um apagamento da “individualidade” dessa faculdade. Contudo, é notável na segunda edição uma melhor delimitação da natureza da imaginação, que é, explicitamente, colocada no domínio da sensibilidade.

2.2 A Imaginação na *Antropologia*

A *Antropologia* é uma obra muito mais curta que a *Crítica*, em que Kant trata a imaginação com muito mais atenção e detalhes. No livro, o que o autor mais descreve dessa faculdade são suas funções²⁸, mas há passagens que podem ser de grande valia para os intérpretes da natureza da imaginação kantiana.

Mesmo com várias seções dedicadas à imaginação na *Antropologia*, Kant determina sua natureza na seção *Dos cinco sentidos*, onde ele trata dos sentidos externos e internos, que fazem parte da sensibilidade:

Na faculdade de conhecer (faculdade das representações na intuição), a *sensibilidade* contém duas partes: o *sentido* e a *imaginação*. O primeiro é a faculdade de intuição na *presença* do objeto; a segunda, também *sem* a presença deste (*Anth*: 07, 153).

Para conceituar os sentidos, e explicar suas funções, Kant precisa diferenciá-los da segunda parte contida na sensibilidade, a saber, a imaginação. Esse trecho é único da *Antropologia* em que Kant delimita a imaginação como *parte* da sensibilidade. Porém, diferentemente da *Crítica*, nessa obra não há tantas contradições quando o autor a relaciona com o entendimento. Na verdade, ele consegue deixar muito claro que a imaginação não pertence à capacidade intelectual:

É preciso que sempre haja um tema, tanto quanto se pensa em silêncio quanto na comunicação dos pensamentos, ao qual se prende o diverso, portanto, também o entendimento precisa ser ativo nisso; mas o jogo da imaginação segue aqui as leis da sensibilidade, que proporciona a matéria a ele, e sua associação se faz sem consciência das regras e, todavia, conforme a elas, logo,

²⁸ Lembramos que o escopo desse trabalho não abarca as funções da imaginação, com exceção de quando elas são necessárias para compreendermos melhor a natureza dessa faculdade.

conforme o entendimento, se bem que não como derivada *do* entendimento (*Anth*: 07, 177).

Nesse momento, Kant está explicando a síntese sensível da afinidade, e pontua que a imaginação trabalha nela de modo, também, a realizar uma associação empírica das representações que possibilita, por exemplo, ir de um tema a outro totalmente diferente em uma conversa. Como ele destaca, é necessário uma atividade do entendimento nessa operação, mas a imaginação não segue suas leis, muito menos pertence ao entendimento, apenas age em conformidade com suas regras.

Além da conformidade com as regras, o filósofo explica que a imaginação fornece o conteúdo ao entendimento, assim como os sentidos fornecem conteúdo à imaginação. E ainda, que no conteúdo proporcionado aos conceitos estão presentes as intuições da imaginação, que são representações da capacidade sensível, a sensibilidade:

[...] a imaginação, que fornece a matéria ao entendimento para proporcionar a seus conceitos um conteúdo (para o conhecimento), parece lhes proporcionar realidade em virtude da analogia entre suas intuições (fictícias) e as percepções reais (*Anth*: 07, 169).

Outro indicativo da natureza sensível da imaginação está nos títulos das seções onde Kant descreve as funções dessa faculdade. Corrigindo um erro de tradução²⁹, essas seções aparecem como “*Da faculdade [autora] sensível [plástica, associativa ou da afinidade]*” (*Anth*: 07, 174-176). O termo “autora” diz respeito à sua capacidade formadora, mas o essencial para nós é o uso do termo “sensível”, que expõe sua natureza determinada pela sensibilidade.

A obra *Antropologia* é uma coletânea das aulas de Kant dessa disciplina, e começou a ser escrita antes mesmo de a *Crítica* ser publicada. O fato de o filósofo detalhar de maneira muito mais minuciosa a faculdade da imaginação pode indicar um amadurecimento ou um melhor entendimento sobre ela após o que foi exposto na *Crítica*. Porém, para ter certeza disso, precisaríamos de documentos que mostrassem quando ele escreveu as seções da imaginação e se houve alguma alteração antes de a obra ser publicada e ainda, quando essas alterações foram feitas. De qualquer modo, não podemos ignorar a contribuição dessa obra para a melhor

²⁹ O erro está em traduzir o termo original *Dichtungsvermögen* como “faculdade imaginativa”. *Vermögen* pode realmente ser traduzido como “capacidade”, o que justifica o uso do termo “faculdade”. Mas a palavra *Dichtungs*, em um dos seus muito significados, pode ser traduzida como “poética”. Se nos lembrarmos bem, “poética” advém do grego *poíesis*, que remete a técnica, produção ou criação. Por isso, uma melhor tradução para *Dichtungsvermögen* seria “faculdade autora”, o que diz mais a respeito do caráter ativo e funções da imaginação do que à sua natureza (cf. Calábria, 2017, p. 342).

compreensão da faculdade da imaginação, e como Kant reforça a natureza sensível dela, distanciando-a mais da ambiguidade presente na *Crítica*.

2.3 Sensibilidade e sua receptividade

Diante dos indícios de uma natureza sensível da imaginação, temos que compreender o problema que assumir essa interpretação traz em relação às características da sensibilidade. Primeiramente, assumimos aqui que a imaginação é, sem dúvida, uma faculdade ativa, e não receptiva, pois Kant atribui a ela atividades fundamentais do ânimo (*cf. KrV*: A124, B181/A142, B163, B151-152). Desse modo, a contradição se estabelece quando o filósofo descreve a sensibilidade como uma capacidade exclusivamente receptiva, e delega a espontaneidade apenas ao entendimento:

O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos *dado* um objeto; pela segunda é *pensado* em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito) (*KrV*: A50/B74).

E não só em diversas passagens da *Crítica* (*cf. KrV*: A44, A51/B75, B34, B93, B102, A99-100), mas também na *Antropologia*, onde Kant teria espaço para corrigir essa contradição, ele mantém a concepção da sensibilidade como uma capacidade que é apenas afetada pelos objetos:

Representações com respeito às quais o espírito se comporta passivamente, pelas quais, portanto, o sujeito é *afetado* (podendo afetar a si mesmo ou ser afetado por um objeto), pertencem à faculdade de conhecimento *sensível*, mas as que contêm um mero *agir* (o pensar) pertencem à faculdade de conhecimento *intelectual* (*Anth*: 07, 140).

Portanto, como uma faculdade claramente ativa poderia ser parte de uma capacidade somente receptiva? Responder essa questão é um grande desafio para os intérpretes que defendem a imaginação como faculdade sensível. Explicar como a imaginação pode ser da sensibilidade e ainda trabalhar com leis do entendimento talvez não seja o maior problema, pois Calábria (2012), por exemplo, já elaborou uma explicação muito bem argumentada para essa

questão³⁰. Porém, contestar as diversas afirmações de Kant acerca da receptividade da sensibilidade é uma tarefa ainda muito complexa. Teria o filósofo alemão cometido um erro ao descrever a capacidade sensível dessa forma? Como sustentar essa acusação tendo em vista que esse “erro” está presente em grande parte da sua obra? Por que ele nunca teria feito uma revisão desse aspecto? Tudo leva a crer que essas questões não serão respondidas tão cedo.

³⁰ Consiste na conduta heterônoma da imaginação, presente em sua tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se comparamos as vertentes interpretativas apresentadas nesse trabalho, veremos que Caimi (2008) e Heidegger (2019) concordam que Kant mudou sua concepção sobre a faculdade da imaginação. O primeiro acredita que isso ocorreu pela compreensão de que ela é apenas uma função do entendimento. O segundo acusa o filósofo de um recuo por medo da represália diante de uma teoria tão ousada e o critica fortemente por isso. Apesar disso, os dois divergem em sua interpretação e, na verdade, Heidegger (2019) se aproxima muito mais da visão de Calábria (2012) por admitir a imaginação como uma faculdade com identidade própria.

Calábria (2012), no entanto, nos apresenta uma argumentação para o suposto recuo kantiano como uma tentativa de facilitar a compreensão da obra, sem parecer muito prolixo sobre a imaginação. Porém, pelo que vimos no capítulo da análise da *Crítica*, Kant causou ainda mais confusões acerca da faculdade da imaginação, principalmente por não explicar o motivo de suas alterações no texto.

Carvalho (2018) é um dos intérpretes que concorda com as contradições da *Crítica* e aponta para uma submissão da imaginação ao entendimento na segunda edição³¹, enquanto na primeira edição entende que a imaginação possui um papel “quijá mais importante [...] que a sensibilidade e o entendimento [...]” (Carvalho, 2018, p. 184)³². O autor do artigo destaca ainda que a imaginação foi tratada nas obras de Kant com falta de clareza, deixando para os comentadores solucionarem os problemas causados por isso. É isso que os autores tratados nesse trabalho fazem: tentam solucionar uma lacuna deixada em aberto por Kant, a partir de leituras variadas, como que tentando encaixar as peças de um grande quebra-cabeça.

E mesmo que Kant ainda tenha, na *Antropologia*, feito um trabalho muito mais minucioso acerca da imaginação, ele deixa de conciliá-la com a sensibilidade. Desse modo, o impasse se torna o caráter da capacidade sensível, que não pode ser totalmente passiva se uma de suas partes é uma faculdade ativa.

Podemos, porém, fazer uma análise de qual dessas vertentes responde o maior número de questões. A interpretação de Caimi (2008), como foi visto, soluciona a questão de a sensibilidade ser apenas receptiva, mas deixa em aberto as afirmações de Kant sobre a natureza sensível da imaginação. Heidegger (2019), em contrapartida, foge muito do que é explícito nos

³¹ Como entende Caimi (2008).

³² Como entende Heidegger (2019).

textos kantianos. Não parece que ele tem comprometimento em responder às questões levantadas, mas sim trazer outras questões, e respondê-las.

Há, é claro, outros autores que entendem que a imaginação pode ser “mediadora” entre a sensibilidade e o entendimento, como Pimenta (2007), que discorre sobre a ambivalência do esquema, intelectual e sensível. Mas, Calábria (2012), por exemplo, foi capaz de aceitar essa ambivalência de outro modo, indicando que há uma conduta heterônoma da imaginação que não extirpa seu status sensível. Logo, acredito que Heidegger (2019) consegue propor uma alternativa que resolve o impasse da sensibilidade receptiva e entendimento espontâneo separando-a dos dois, mas não consegue contrapor, assim como Caimi (2008), às passagens explícitas sobre a natureza sensível da imaginação. Além disso, Heidegger (2019) muito mais especula do que se atém aos textos de maneira rigorosa.

Já a vertente de Calábria (2012) consegue caracterizar a natureza da imaginação sensível de modo a conciliar-se com os escritos de Kant, e ainda fornece uma boa justificativa para as alterações da segunda edição da *Crítica*. Todavia, seu maior desafio é explicar por que Kant nunca caracterizou a sensibilidade com caráter duplo, receptivo e ativo.

Como resultado da análise, portanto, podemos concluir que todas as vertentes ainda possuem problemas não solucionados que demandam especial atenção. Calábria (2012) parece resolver mais questões, mas autores como ele e Caimi, e outros intérpretes, ainda podem desenvolver novos trabalhos com novas soluções para esses impasses. Desse modo, o tema da imaginação na filosofia kantiana ainda precisa ser destrinchado em novas pesquisas.

A filosofia kantiana fornece caminhos para as mais diversas pesquisas, mas a imaginação não deixa de ocupar um papel fundamental na aquisição de conhecimento do nosso ânimo, sendo impossível ignorá-la quando falamos de epistemologia nas obras de Kant. Além da natureza dessa faculdade, abordada como elemento central desse trabalho, há muito mais características que podemos estudar, como suas sínteses, o seu modo de funcionamento, mais especificamente as regras que a comandam, ou a falta de regras para a realização de suas atividades.

As sínteses da imaginação são um material extenso e complexo. Elas podem ser de três tipos: da apreensão, da reprodução e da reconhecimento no conceito. A síntese da apreensão trabalha com as intuições puras do tempo e espaço e é produtiva, ou seja, autoral, inventiva ou formativa, capaz de apresentar o objeto espacialmente e temporalmente, de modo originário. Já a síntese da reprodução é evocativa, ou imitativa, e trabalha com as intuições empíricas, apenas apresentando essas representações de modo derivativo. A síntese da reconhecimento do conceito, por sua vez, é responsável por reportar as intuições aos conceitos, de modo que o aparecimento

se torne fenômeno. Quando estudamos essas sínteses mais profundamente, no entanto, percebemos que cada uma pode seguir um conjunto de regras da sensibilidade ou do entendimento. Possibilitando, por exemplo, um trabalho que as relacione com a natureza da imaginação.

O capítulo sobre o esquematismo, que não foi aqui tema principal, também fornece ótimos subsídios para uma pesquisa que pretenda entender melhor o aspecto mediador da imaginação. O esquema é descrito por Kant como um produto da colaboração entre a sensibilidade e o entendimento. Logo, ele pode ser um ponto de partida para uma interpretação que trate a natureza da imaginação como ambivalente, de modo semelhante a Heidegger, porém de modo mais rigoroso.

Outra possibilidade é fazer comparações da imaginação kantiana com a de outros autores, como Hume, ou mesmo Descartes e Espinosa, dos quais Caimi (2008) trata em seu artigo. Essas comparações possibilitam compreender melhor a teoria de cada um e ainda entender a mudança característica de cada época da história da filosofia.

Hume possui outro tipo de critério em relação à diferença entre impressões e ideias. Para o empirista, as impressões são fortes e vivazes, enquanto as ideias, por serem apenas cópias das percepções sensíveis, são fracas. Desse modo, se entendermos que a imaginação trabalha com percepções fracas, logo ela é do intelecto, que trabalha com ideias, pois elas não possuem a mesma intensidade que o contato imediato com o objeto. Podemos, também, comparar essa concepção com a kantiana para entender a diferença entre funções. Pois a imaginação de Kant trabalha também na presença do objeto, se a de Hume tiver essa mesma função, não estaria a imaginação trabalhando com impressões, sendo assim sensível?

Descartes e Espinosa, em contrapartida, são mais explícitos em colocar a imaginação como uma parte do entendimento. Ela é meramente uma função do intelecto quando esse se volta para a sensibilidade. Tendo em vista que são de uma corrente racionalista, muito se diferenciam de Kant, mas compreendendo o idealismo transcendental como uma espécie de síntese entre o racionalismo e o empirismo, estudar Hume, Descartes e Espinosa seria de grande valia para compreender melhor a própria filosofia kantiana.

Não só há uma clara contribuição acadêmica em pesquisas acerca desse tema, mas também para as ciências, pois é possível fazer um trabalho interdisciplinar com a medicina (em específico, a neurologia e psiquiatria) e psicologia, para entender como o funcionamento da faculdade da imaginação afeta o comportamento humano, e ainda, se em conjunto com alguma patologia há mudanças na configuração dessa faculdade e quais são as consequências disso.

A esquizofrenia, por exemplo, é caracterizada por sintomas como alucinações e delírios, que Kant coloca como produtos da imaginação. Kant até aborda como a imaginação tem uma tendência natural a exagerar as representações na *Antropologia* e fala superficialmente sobre como transtornos desse tipo podem afetar o funcionamento dessa faculdade. Mas uma pesquisa mais aprofundada nesse assunto, em colaboração com as outras áreas, poderia ser de fundamental importância até mesmo para melhorar a compreensão de casos psiquiátricos.

Kant tem contribuições inegáveis à filosofia e sua epistemologia é importantíssima para compreendermos melhor como conhecemos o mundo ao nosso redor e, conseqüentemente, entendermos nossa própria natureza. Finalizo esse trabalho sabendo, certamente, que o tema não está esgotado e pode ser muito mais destrinchado, além de possibilitar tantos outros estudos quanto um filósofo pode querer.

REFERÊNCIAS

- CAIMI, M. Comments on the Conception of Imagination in the Critique of Pure Reason. In: **Internationalen Kant-Kongresses: Recht und Frieden in der Philosophie Kants**, 10., 2005, São Paulo. Akten... Org. por V. Rohden, R. R. Terra, G. A. de Almeida, M. Ruffing. Berlin: De Gruyter, v. 1, p. 39-50, 2008.
- CALABRIA, Olavo P. A faculdade da imaginação em Kant. In: WUNENBURGER, Jean-Jacques; ARAÚJO, Alberto Filipe; ALMEIDA, Rogério de (Coord.). **Os trabalhos da imaginação: abordagens teóricas e modelizações**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p. 333-353.
- CALABRIA, Olavo P. **A imaginação de Kant e os dois objetos para nós: e ainda, a propósito da doutrina do Esquematismo e das duas Deduções das categorias**. Tese (Doutorado em Filosofia). Belo Horizonte/MG. Departamento de Filosofia da FAFICH – UFMG, 2012.
- CALABRIA, Olavo P. **Uma iniciação à Crítica da razão pura de Immanuel Kant**. Uberlândia: EDUFU, 2024. (Textos Fundamentais Para a Formação em Filosofia, v. 2).
- CARVALHO, Flávio. Anotações sobre o problema da imaginação na filosofia de Immanuel Kant. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 9, n. 1, p. 179-200, 2018.
- HEIDEGGER, M. **Kant e o problema da metafísica**. Tradução de Alexandre Franco de Sá e Marco Antônio Casanova. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.
- HEIDEGGER, M. Kant und das Problem der Metaphysik. **Gesamtausgabe**. Bd.03. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, [1929] 1991. [“Kant-Buch”]
- KANT, Immanuel. AA 03 - **Werke**: Kritik der reinen Vernunft (A), [1781] 1968.
- KANT, Immanuel. AA 04 - **Werke**: Kritik der reinen Vernunft (B) [1787]; Prolegomena; Grundlegung zur Metaphysik der Sitten [1783]; Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft [1786], (1968).
- KANT, Immanuel. AA 07 - **Werke**: Der Streit der Facultäten [1798a]; Anthropologie in pragmatischer Hinsicht [1798b], 1968.
- KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, Immanuel. **Manual dos cursos de Lógica Geral**. Tradução de Fausto Castilho. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. A antropologia na encruzilhada: resenha do livro Antropologia de um ponto de vista pragmático, de Immanuel Kant. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n. 09, p. 127-140, 2007.